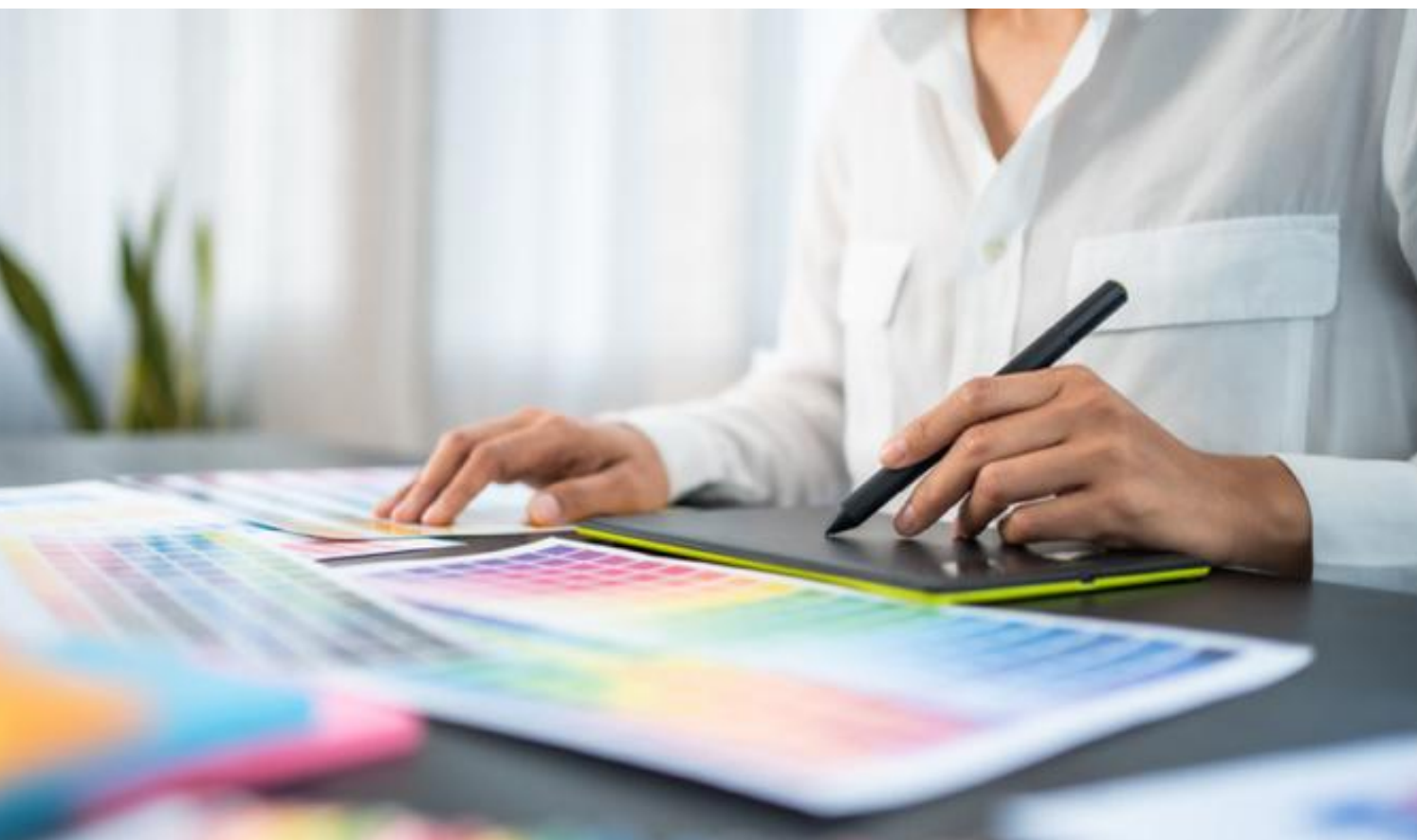




PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA

CONTROLE INTERNO



**Santa
Quitéria**
PREFEITURA

RELATÓRIO CONTROLE INTERNO

1º SEMESTRE EXERCÍCIO 2025

DIRETORIA EXECUTIVA

Francisca Shelida Pessoa Altino

Diretora Presidente

Jocasta Magalhães de Sousa Ximenes

Diretora Financeira

José Carlos Cavalcante

Diretor de Benefício

Débora Florêncio Alves

Diretora Administrativa

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025	
1. APRESENTAÇÃO	4
2. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	5
2.1. Competência Institucional	5
2.2. Estrutura Organizacional	6
3. RECURSOS HUMANOS	7
4. RESULTADOS DA ATUAÇÃO	8
4.1. Execução da Despesa por Categoria Econômica	8
4.2. Execução da Despesa por Fonte de Recursos	9
5. AÇÕES DO CONTROLE INTERNO	10
5.1. CONTROLADORIA	10
<i>5.1.1. Monitoramento do CAUC - Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais</i>	10
<i>5.1.2. Monitoramento do e-Parcerias</i>	10
5.2. AUDITORIA	11
<i>5.2.1. Relatórios de Auditoria Emitidos no Exercício</i>	11
5.3. OUVIDORIA	11
<i>5.3.1. Manifestações de Ouvidoria</i>	11
5.4. TRANSPARÊNCIA	13
<i>5.4.1. Transparência Ativa - Disponibilização das Informações Previstas na LAI no Site Institucional</i>	13
<i>5.4.2. Transparência Passiva – Desempenho</i>	14
<i>5.4.3. Transparência Passiva – Solicitações de Informação</i>	14
5.5. Demais Ações de Controle Interno	14
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório tem a missão de cumprir às exigências contidas nos Programas de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o grande objetivo de atestar a conformidade dos procedimentos adotados nos setores do IPESQ, relativo ao 1º semestre do exercício financeiro de 2025.

Para a realização deste trabalho, esta Unidade de Controle Interno considerou o seu escopo e baseou-se nos Procedimentos e Técnicas de Controle que compreende o exame de documentos, a observação física de bens, o comparativo entre previsão e execução orçamentária, a entrevista com servidores e Diretoria Executiva (Diretor Presidente, Diretora Financeira, Diretora Administrativa e o Diretor Previdenciário), a análise de ambiente, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou não dos controles existentes, bem como a conformidade legal e a adequação com os requisitos estabelecidos no Manual do PRÓ-GESTÃO.

O trabalho do Controle Interno é de assegurar que os objetivos sejam atingidos por meio da identificação dos possíveis riscos que possam ameaçar a boa prática de gestão dos processos, tais como o cumprimento de prazos, leis e regulamentos, a organização interna da Instituição, a saúde administrativa e financeira, dentre outras ações e atividades, tudo isso com o intuito da geração de melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados aos segurados ativos e inativos e a sociedade como um todo de forma eficiente.

2. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Santa Quitéria

Sigla – IPESQ

Vinculação – Prefeitura Municipal de Santa Quitéria

Natureza – AUTARQUIA

2.1. Competência Institucional

A competência institucional consiste no conjunto de funções desempenhadas com o objetivo de alcançar as finalidades da instituição. Nesse contexto, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Santa Quitéria, estruturado conforme a Lei nº 468/2005, tem como finalidade assegurar, mediante contribuições, os meios de subsistência aos seus beneficiários nos casos de incapacidade, aposentadoria, velhice e falecimento, conforme previsto no artigo 1º da referida Lei.

As atribuições conferidas ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Santa Quitéria estão dispostas na Lei Municipal nº 1.115/2022, especialmente no que se refere à concessão dos seguintes benefícios previdenciários:

1. APOSENTADORIA COMUM

Conforme o art. 5º da Lei nº 1.115/2022, são concedidas aposentadorias nas seguintes modalidades:

- Por incapacidade permanente para o trabalho;
- Compulsória;
- Voluntária.

2. APOSENTADORIA ESPECIAL

De acordo com os arts. 6º, 7º e 8º da Lei nº 1.115/2022, é prevista a aposentadoria especial para:

- Servidores com deficiência;
- Servidores expostos a agentes nocivos químicos, físicos ou biológicos de forma permanente;
- Servidores titulares de cargo de professor.

3. PENSÃO POR MORTE

Conforme os arts. 14, 15, 16 e 17 da referida Lei, é garantida a pensão por morte aos dependentes do servidor falecido.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Santa Quitéria – IPESQ é uma autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Foi instituído pela Lei nº 468, de 29 de dezembro de 2005, como Unidade Gestora Única do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Santa Quitéria/CE.

Sua estrutura organizacional está definida no artigo 78 da Lei Municipal nº 851/2014, sendo composta pelos seguintes órgãos:

1. Conselho Administrativo/Deliberativo

Competência: Órgão colegiado responsável pela formulação e supervisão das políticas previdenciárias, acompanhamento da gestão do IPESQ, apreciação de planos, programas e propostas orçamentárias, além de deliberar sobre investimentos e diretrizes estratégicas do regime próprio.

2. Conselho Fiscal

Competência: Órgão de fiscalização e controle interno, incumbido de examinar as contas, balancetes, demonstrativos financeiros e contábeis do Instituto. Atua no controle da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, emitindo pareceres técnicos e opinativos.

3. Diretoria Executiva

Competência: Responsável pela gestão cotidiana do Instituto, pela implementação das políticas e diretrizes aprovadas pelos Conselhos e pela administração dos recursos previdenciários. É composta por:

a) Diretor-Presidente

- Representar legalmente o IPESQ em juízo e fora dele;
- Coordenar, supervisionar e dirigir todas as atividades do Instituto;
- Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Conselhos e a legislação vigente;
- Autorizar despesas e firmar contratos, convênios e demais instrumentos administrativos.

b) Diretor Administrativo

- Gerenciar os recursos humanos, materiais e patrimoniais do Instituto;
- Organizar os processos administrativos internos, garantindo eficiência e regularidade dos serviços;
- Manter atualizados os cadastros dos segurados e beneficiários;
- Acompanhar a tramitação de processos administrativos, especialmente os de concessão de benefícios.

c) Diretor Financeiro

- Planejar, executar e controlar as atividades financeiras, contábeis e orçamentárias do IPESQ;
- Elaborar os demonstrativos contábeis e acompanhar a arrecadação das contribuições previdenciárias;
- Coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual;
- Controlar a movimentação bancária e supervisionar os investimentos dos recursos do RPPS.

d) Diretor de Atuária

- Realizar estudos e avaliações atuariais periódicas do regime;
- Garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS;
- Emitir pareceres técnicos sobre alterações legais que impactem os benefícios previdenciários;
- Acompanhar a evolução dos indicadores atuariais e sugerir medidas de adequação quando necessário.

3. ÁREAS OU SETORES MAPEADOS

As áreas ou setores analisados foram escolhidos com base na aderência do PRÓ- GESTÃO referente ao Nível I, mapeados e manualizados BENEFÍCIOS e ARRECADAÇÃO, deve-se analisar conforme recursos da taxa de administração, contrato de assessoria/consultoria para este fim, objetivando verificar a conformidade e gerações de informações para tomada de decisão do Gestor desta Entidade, baseado nos documentos disponíveis e nas rotinas de execução das atividades inerentes à cada área ou setor.

3.1 Recursos Humanos

3.2 Benefícios

De acordo com os parâmetros e as diretrizes delineadas na Portaria MPS nº 1.467/22, os RPPS só concederão os Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por morte.

De acordo com informações do Setor de Benefícios do IPESQ e consulta às publicações no Diário Oficial do Município tendo como referência os meses de janeiro a junho do corrente ano, foram concedidos no período 15 (quinze) benefícios de aposentadoria, 02 (dois) de pensão por morte, conforme planilhas abaixo:

APOSENTADORIA	
QUANTIDADE	TIPO
11	APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ESPECIAL DE PROFESSOR
02	APOSENTADORIA POR IDADE
02	APOSENTADORIA COMPULSÓRIA
00	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE LABORAL
15	TOTAL

PENSÃO POR MORTE	
QUANTIDADE	TIPO DE BENEFICIÁRIO
02	PENSÃO AO CÔNJUGE (ESPOSO)
00	PENSÃO AO CÔNJUGE (ESPOSA)
00	PENSÃO AO FILHO MENOR
00	PENSÃO AO PAI DEPENDENTE
00	PENSÃO FILHO MENOR INVÁLIDO
02	TOTAL

RESUMO DOS BENEFÍCIOS	
QUANTIDADE	TIPO
15	APOSENTADORIAS
02	PENSÕES
17	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Foram consedidos no período 11 (onze) Processos de Aposentadoria Voluntária Especial de Professor, 02 (dois) Processos de Aposentadria por Idade, 02 (dois) Processos de Aposentadoria Compulsória e 02 (dois) Processos de Pensão por morte, Totalizando 17 (dezessete) concessões de benefícios.

PROCESSOS DE APOSENTADORIAS NO TCE	
QUANTIDADE	TIPO DE BENEFÍCIO
07	PROCESSOS DE APOSENTADORIAS CORRIGIDOS
08	PROCESSOS DE APOSENTADORIAS DEFERIDOS
00	PROCESSO DE APOSENTADORIA SUSPENSO
01	PROCESSO DE APOSENTADORIA NEGADO
16	TOTAL

PROCESSOS DE PENSÃO NO TCE	
QUANTIDADE	TIPO DE BENEFÍCIO REVISADO
03	PROCESSOS DE PENSÃO CORRIGIDOS
00	PROCESSOS DE PENSÃO DEFERIDOS
00	PROCESSOS DE PENSÃO - DESISTÊNCIA
03	TOTAL

RESUMO DE REVISÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÃO		
QUANTIDADE		TIPO
16		APOSENTADORIAS
03		PENSÕES
TOTAL	19	BENEFÍCIOS MOVIMENTADOS

Analisando os processos de concessão de benefícios, observou-se que as informações ali contidas estão de acordo com a legislação vigente.

Utilizando da técnica de amostragem esta Unidade de Controle Interno considerou o percentual de 20% (vinte por cento) para análise dos processos para concessão dos benefícios de aposentadorias e de pensões.

Os processos foram selecionados a fim de verificar a conformidade no que tange ao enquadramento dos benefícios concedidos com a legislação vigente.

Na análise dos processos verificou-se que as concessões obedeceram as formalizações quanto à legislação, autorização dos responsáveis, publicação dos atos concessórios e envio dos autos processuais ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE- CE, para a apreciação da legalidade dos procedimentos adotados.

Os responsáveis pelas áreas mapeadas testaram o tempo gasto na concessão do benefício e/ou tramitação do processo no período observado neste relatório e enviaram as informações para apreciação.

Conforme os testes de conformidade verificou-se que a média de dias gasto desde o pedido do benefício (aposentadoria e pensão) até a sua devida concessão permanece em 90 (noventa) dias úteis.

Assim, cumpre informar que esse diagnóstico foi elaborado para demonstrar a média de dias para concessão desses benefícios.

Verifica-se entretanto, que os responsáveis pela área que serão mapeada não apresentaram estratégias para o estabelecimento de metas a serem atingidas no intuito de melhorar os processos e os indicadores, já que, segundo alegam, a concessão de um benefício pode demandar IMPREVISTOS que justificaria um gasto de tempo muito superior ao tempo estimado.

Isso acontece sempre uma vez que cada situação é peculiar e apresenta-se de forma individual, de certa forma o trabalho é ininterrupto e verificado com frequência o tempo que se utiliza e gasta na montagem de cada processo para que assim a INSTITUIÇÃO mantenha fazendo com que cada vez mais transpareça a realidade e aperfeiçoe o trabalho.

3.3 Folha de Pagamento

A Folha de pagamento é elaborada nas dependências do IPESQ, junto ao Departamento de Finanças, por profissional habilitado para a atividade. Na sala da Finanças funciona o Recursos Humanos e a Tesouraria do Instituto.

Dentre as atividades inerentes à área, fazem parte a de controlar as relacionadas ao processamento da folha de pagamento dos servidores aposentados, pensionistas e ativos da Diretoria Executiva do IPESQ, conferindo rigorosamente as admissões, a movimentação da Folha com suas devidas atualizações legais, mantendo os controles estabelecidos pelas normas internas e legislação vigente.

No que se refere aos pagamentos dos benefícios de aposentadorias e pensões foram pagos no semestre, conforme resumo geral da folha de pagamento de janeiro a junho de 2025.

Nº	MÊS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS
01	Janeiro	R\$ 753.033,98	R\$ 87.974,80
02	Fevereiro	R\$ 754.093,98	R\$ 99.950,80
03	Março	R\$ 885.232,20	R\$ 89.162,07
04	Abril	R\$ 826.112,53	R\$ 89.162,07
05	Maio	R\$ 832.519,68	89.162,07
06	junho	R\$ 844.376,07	R\$ 88.251,33
TOTAL		R\$ 4.895.368,44	R\$ 543.663,14

Em análise, verificou-se que os processos de pagamentos tanto da folha de inativos aposentados e pensionistas, Diretoria executiva, quanto aos demais pagamentos, não foi encontrado quaisquer tipos de erro ou ocorrência que por ventura prejudicasse a condução do processo desde a sua abertura até a conclusão, passando assim um alto índice de confiabilidade na Gestão do Instituto, levando-se em consideração o trabalho transparente dos colegiados, Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.

3.4 Controle dos valores da folha de pagamento

Como sua folha de pagamento ainda pequena, é feito mês a mês, a conferência individual dos beneficiários. Após a possível implantação ou não de um novo aposentado e ou pensionista, é reconferida a folha de forma individualizada e feito um comparativo do valor total da folha, levando-se em consideração que tem apenas a folha de Aposentados, Pensionistas e Diretoria Executiva. Após ser feito esse tipo de conferência, o Departamento de Recursos Humanos do IPESQ, encerra a folha, fazendo seu fechamento e conseqüentemente a encaminha para o Setor de Contabilidade onde o mesmo fará o empenho e sua remessa a Tesouraria para o devido pagamento.

Vale frisar que nesses últimos seis meses ocorreu um aumento considerável de Servidores que se aposentaram ocorrido entre de janeiro a junho. O aumento dos Servidores que se aposentaram com Paridade e Integralidade, na maioria dos casos são Professores, servidores da Educação. Durante o período não tramitou processos pleiteando algum tipo de revisão ou reajuste judicialmente. Apenas benefício de aposentadoria e Pensão.

Há processos que tramitam no Setor de Recursos Humanos – RH, com pedido de revisão, reajuste de valor do benefício, ou outra situação, que por sua vez é consultado a Assessoria Jurídica e caso legal, é feito as devidas alterações de forma legal quando for o caso.

O setor de Recursos Humanos, além de registrar no Sistema de Benefícios todas as alterações necessárias na folha de pagamento de cada mês, lança numa planilha também o controle dos valores da folha. Trata-se do Registro de alterações da folha dentre outras observações. Nessa planilha são registradas todas as alterações, processo por processo, para que ao final se compare o valor total da Folha de pagamento com o resultado da planilha citada. Dessa forma é possível identificar divergências surgidas e promover a devida correção.

3.5 Controle de óbitos

O controle da exclusão dos benefícios por óbito do segurado vem sendo realizado através de cruzamento da base de dados do IPESQ com o sistema SISOB (consiste em um banco de dados, com registros de óbitos nacional, alimentado pelos cartórios de todo o Brasil, administrado pelo INSS em parceria com a DATAPREV), bem como através do SIRC.

Atualmente o controle pelo SISOB vem sendo gradualmente substituído pelo SIG-RPPS (Sistema de Informações Gerenciais – RPPS), que, segundo a Secretaria de Previdência, é uma ferramenta que possibilita ao usuário realizar consultas, por meio de relatórios, decorrentes do resultado do cruzamento de dados e do CNIS/RPPS com consultas por meio de relatórios, decorrentes do resultado cruzamento de dados e do CNIS/RPPS com outras bases de dados.

Nesse cruzamento pode-se verificar o acúmulo indevido de cargos (RGPS ou em outro RPPS), descumprimento do teto remuneratório, recebimento de benefícios tanto de RPPS como de RGPS ou de Benefício Assistencial (LOAS) e identificação de óbito de segurado, bem como outras informações relevantes para a gestão do RPPS.

3.6 Controle para *Stakeholders (partes interessadas)*

Mensalmente é enviado um Ofício à Prefeitura contendo a relação dos servidores que se aposentaram e passaram a constar na Folha de Pagamento do IPESQ (em conformidade com a publicação do Ato Administrativo concessório de Aposentadoria no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santa Quitéria), sinalizando à Secretaria Municipal de Administração quais os servidores do quadro efetivo que se aposentaram naquela competência para fins de exclusão destes da folha de pagamento da Prefeitura da Cidade de Santa Quitéria, evitando o pagamento em duplicidade (Proventos de aposentadoria com Remuneração do cargo efetivo).

4. RESULTADO DA ATUAÇÃO

4.1 Arrecadação

O RPPS tem caráter contributivo e solidário e deve observar a exigência do equilíbrio financeiro e atuarial, devendo assim, receber o repasse das contribuições dos segurados, bem como os aportes do ente federativo, inclusive dos valores relativos aos débitos parcelados mediante acordo.

Nesse sentido, o Setor de Arrecadação tem como atribuição: acompanhar, registrar e cobrar as arrecadações das contribuições previdenciárias e outras receitas, com vistas a espelhar as movimentações financeiras da Instituição, de acordo com a legislação aplicável.

O Setor de Contabilidade apresentou o Livro Razão demonstrando as contribuições do semestre, bem como os relatórios extraídos de suas contas tanto de forma sintética como de forma analítica, denotando a conformidade nas contabilizações dos saldos arrecadados pelo instituto. Cumpre salientar que, as contribuições são lançadas por regime de Competência.

Por fim, o setor de Contabilidade também apresentou os instrumentos de cobranças, esclarecendo a respeito das receitas financeiras oriundas de multas e juros, bem como dos Demonstrativos Contábeis devidamente assinados pelos responsáveis instituídos.

4.2 Compensação Previdenciária

A compensação financeira é um acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social, e entre os RPPS entre si.

O Setor do COMPREV possibilita a Compensação Previdenciária entre os Regimes de Previdência. A versão do Sistema COMPREV 2020, traz como principal mudança, a possibilidade de Compensação entre a maioria dos Regimes Próprios de Previdência Social, gerando maior efetividade nesse seguimento de compensação financeira.

Esse setor possui Manuais de Análise e de Envio de Requerimentos. Com isso, foi solicitado que o setor disponibilizasse as informações geradas pelo Sistema de Compensação Previdenciária a fim de analisar os procedimentos dos processos recebidos e enviados pelo

Instituto.



Em análise aos relatórios disponibilizados constatou-se que o setor de COMPREV mensalmente extrai os extratos do sistema a título de controle dos processos enviados e recebidos, para disponibilizar os valores recebidos para o Setor de Contabilidade.

Cumprir informar que nesse semestre, após análise dos relatórios disponibilizados pelo setor, viu-se que montante acumulado no semestre totalizou o valor de **R\$ 203.144,23 (duzentos e três mil, cento e quarenta e quatro reais e vinte e três centavos)**. E que os valores recebidos a título de COMPREV estão na tabela abaixo:

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	total
2.482,11	00,00	5.094,48	2.600,46	2.600,46	2.600,46	15.377,97

Dessa forma, os processos de envios e análises do setor encontram-se em conformidade com os procedimentos legais.

4.3 Investimentos Financeiros

De acordo com o artigo 3º, § 5º, inciso II da Portaria MPS nº 519/2011, alterada pela Portaria MPS nº 440/13, a gestão de aplicações de recursos do IPESQ é própria, ou seja, este RPPS realiza diretamente a execução da sua Política de investimentos de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos respeitando os parâmetros da legislação em vigor. Desse modo o IPESQ cumpre as diretrizes formuladas pela Resolução CMN nº 4.963/21 e na Portaria MTP nº 1.467/22 para a aplicação dos seus recursos, conforme se verá nas informações prestadas a seguir.

Como pode-se observar, foram atendidas as limitações e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, ou seja, os Recursos do IPESQ foram alocados nos fundos de aplicações permitidos pelas normas vigentes de acordo com a Legislação atual, vide relatórios no site na internet do IPESQ, portal da transparência. Salienta-se que qualquer alteração nas aplicações financeiras, será elaborado parecer de realocação dentro da melhor forma legal para o IPESQ.

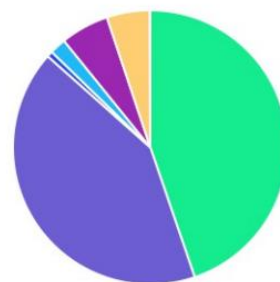
Em análise ao referido relatório, verifica-se que consta a apreciação dessa Carteira de Investimentos pelo Comitê de Investimentos, pelo Conselho Fiscal, bem como a aprovação desse relatório pelo Conselho de Administração do IPESQ, comprovando assim a efetiva participação

dos responsáveis pela gestão na aplicação dos recursos financeiros do IPESQ com bastante transparência.

As informações confrontadas nos relatórios de investimentos disponibilizados no site da empresa de Consultoria de Investimentos “LEMA Consultoria”, e com as Atas do Comitê de Investimentos, guardam paridade com os enquadramentos dos investimentos indicados na Resolução 4.963/2021, bem como na Política de Investimento aprovada para o exercício vigente. Os saldos dos investimentos neste 1º semestre do exercício financeiro de 2025, estão discriminado a seguir conforme tabelas com as diversas análises de distribuição dos ativos do IPESQ, referentes ao ano de 2025, com os resultados até 30 de junho. A distribuição possibilita a análise de diversos cenários em todos pontos.

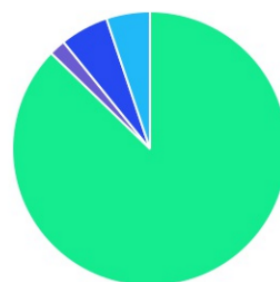
ENQUADRAMENTOS

ENQUADRAMENTO	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
7, I "b"	44,76%	R\$ 34.035.362,33	
7, III "a"	41,82%	R\$ 31.794.939,69	
9, III	5,70%	R\$ 4.332.494,74	
10, I	5,07%	R\$ 3.851.774,65	
8, I	1,92%	R\$ 1.459.143,26	
7, V "a"	0,68%	R\$ 519.403,83	
10, II	0,05%	R\$ 39.964,99	
Total	100,00%	R\$ 76.033.083,49	



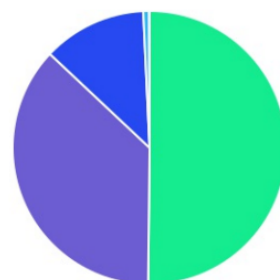
CLASSE

CLASSE	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
Renda Fixa	87,26%	R\$ 66.349.705,85	
Exterior	5,70%	R\$ 4.332.494,74	
Estruturados	5,12%	R\$ 3.891.739,64	
Renda Variável	1,92%	R\$ 1.459.143,26	
Total	100,00%	R\$ 76.033.083,49	



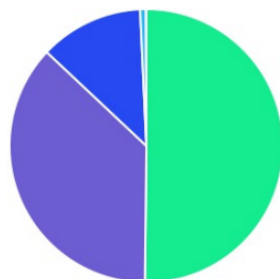
GESTOR

GESTOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
CAIXA DISTRIBUIDORA	50,17%	R\$ 38.148.772,49	
BB GESTAO	36,85%	R\$ 28.019.373,19	
BANCO DO NORDESTE	12,24%	R\$ 9.305.568,99	
GRAPHEN INVESTIMENTOS	0,68%	R\$ 519.403,83	
RENTA ASSET	0,05%	R\$ 39.964,99	
RJI CORRETORA	0,00%	R\$ 0,00	
Total	100,00%	R\$ 76.033.083,49	



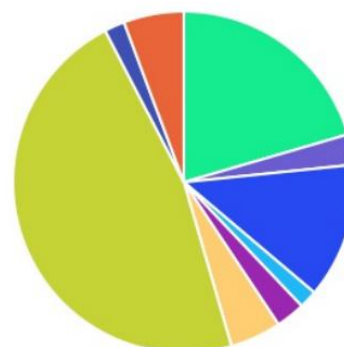
ADMINISTRADOR

ADMINISTRADOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
CAIXA ECONOMICA	50,17%	R\$ 38.148.772,49	
BB GESTAO	36,85%	R\$ 28.019.373,19	
S3 CACEIS	12,24%	R\$ 9.305.568,99	
RJI CORRETORA	0,68%	R\$ 519.403,83	
BFL ADMINISTRAÇÃO	0,05%	R\$ 39.964,99	
Total	100,00%	R\$ 76.033.083,49	



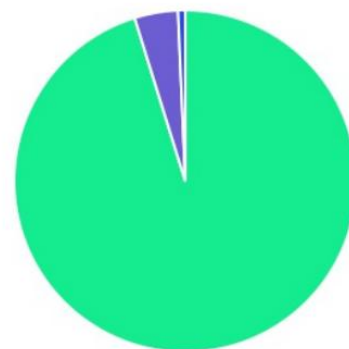
BENCHMARK

BENCHMARK	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
CDI	46,88%	R\$ 35.646.714,34	
IRF-M 1	20,48%	R\$ 15.574.248,44	
IMA Geral ex-C	12,82%	R\$ 9.746.901,34	
GLOBAL BDRX	5,70%	R\$ 4.332.494,74	
IPCA	4,84%	R\$ 3.678.652,11	
IRF-M	2,88%	R\$ 2.189.347,76	
IMA-B	2,76%	R\$ 2.097.712,25	
IBOVESPA	1,92%	R\$ 1.459.143,26	
IMA-B 5	1,72%	R\$ 1.307.869,25	
Total	100,00%	R\$ 76.033.083,49	



LIQUIDEZ

LIQUIDEZ	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
0 a 30 dias	95,21%	R\$ 72.394.396,37	
181 a 365 dias	4,10%	R\$ 3.119.283,29	
Acima 2 anos	0,68%	R\$ 519.403,83	
(vide regulamento)	0,00%	R\$ 0,00	
Total	100,00%	R\$ 76.033.083,49	



META DE RENTABILIDADE DO PERÍODO

PERÍODO	SALDO ANTERIOR	SALDO FINAL	META	RENT.(R\$)	RENT.(%)	GAP
2025			IPCA + 5,09% a.a.			
Janeiro	R\$ 66.451.631,04	R\$ 66.597.619,92	0,57%	R\$ 654.409,13	0,99%	0,41p.p.
Fevereiro	R\$ 66.597.619,92	R\$ 69.662.452,49	1,72%	R\$ 405.741,93	0,60%	-1,13p.p.
Março	R\$ 69.662.452,49	R\$ 71.016.206,53	0,97%	R\$ 319.759,78	0,44%	-0,54p.p.
Abril	R\$ 71.016.206,53	R\$ 72.937.128,70	0,84%	R\$ 865.480,98	1,22%	0,38p.p.
Mai	R\$ 72.937.128,70	R\$ 74.791.814,98	0,67%	R\$ 998.875,44	1,36%	0,69p.p.
Junho	R\$ 74.791.814,98	R\$ 76.033.083,49	0,65%	R\$ 806.999,01	1,07%	0,41p.p.
Total	R\$ 74.791.814,98	R\$ 76.033.083,49	5,58%	R\$ 4.051.266,27	5,81%	0,23p.p.

Em relação a meta de retorno conforme o quadro disponibilizado acima, o seu resultado apresenta bons avanços rentáveis no período com o total anual apontando uma diferença a menor em relação a meta programada de 9,92%.

Quanto aos Resgates e Aplicações que são efetuadas por meio das APRs (Formulário padrão para a movimentação junto as instituições financeiras), verificamos que as deliberações, decisões e autorizações são registradas em documento (Atas), bem como as mesmas estão devidamente assinadas e se encontram divulgadas no Portal da Transparência, guardando paridade com os dispositivos das Portarias MPS 519/2011 e 170/2012.

Cumpramos destacar que, as APRs disponibilizadas no Portal da Transparência são assinadas pelos gestores e ordenadores de despesas.

Ademais, foi verificado que os membros do Comitê de investimentos não sofreram



condenação criminal, possuem certificação profissional válida, e tem formação acadêmica em nível superior, atendendo assim os requisitos previstos no art. 8º-B da Lei nº 9717/98.

Nessa mesma esteira, foram analisados os documentos das instituições financeiras credenciadas apresentadas pelo setor responsável, e não verificou-se qualquer tipo de óbice nas documentações.

Como foi disponibilizado o relatório analítico dos recursos investidos nos meses de janeiro a junho de 2025, pode-se apreciar a situação financeira dos fundos no que tange aos enquadramentos, rentabilidades e riscos. Também é possível acessar o site da empresa de consultoria financeira a fim de verificar as informações apresentadas.

No nosso Portal da Transparência há comprovação de que a Política de Investimentos deste exercício foi elaborada pelo setor devido e aprovado pela autoridade competente.

Consta registrado nas Atas das Reuniões Ordinárias do Comitê de Investimentos do IPESQ de que foi realizado breve análise do cenário macroeconômico tomando por base o Relatório emitido pela LEMA Consultoria. O cenário positivo da Carteira de Investimentos replicou o bom desempenho dos meses anteriores, se mostrando condizente com a proposta contida na Política de Investimentos do IPESQ que visa a obtenção de retorno observando os critérios de segurança, diversificação, liquidez e rentabilidade.

Por fim, constatamos que o Demonstrativo da Política de Investimentos -DPIN e o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos do Recursos - DAIR, encontram-se devidamente lançados junto ao Sistema da Secretaria de Previdência CADPREV, conforme informações fornecidas pelo Setor competente.

4.4 Execução Orçamentária

A Lei Orçamentária Anual (LOA) pode ser definida como peça de planejamento que detalha quais recursos serão aplicados nos programas de governo, com objetivo de concretizar as prioridades e as metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A Lei Municipal Nº 1.211 de 20 de dezembro de 2024, trata do orçamento do Município de Santa Quitéria para o exercício de 2025, a mesma estimou a receita orçamentária em R\$ 190.000.000,00 (Cento e noventa milhões de reais), e fixou a despesa orçamentária em R\$ 190.000.000,00 (Cento e noventa milhões de reais), sendo que o orçamento destinado ao IPESQ no exercício foi de R\$ 11.000.000,00 (Onze milhões de reais).

4.4.1 Receita Prevista x Receita Arrecada

A previsão congruente das receitas é fundamental no processo orçamentário, visto que é a partir desses ingressos que o gestor fixa suas despesas, determinando as prioridades para a aplicação dos recursos, em atendimento ao bem-estar social. Dessa forma o controle interno buscou examinar o desempenho da arrecadação em relação à previsão, confrontando a execução do semestre conforme a tabela abaixo:

RECEITA PREVISTA X RECEITA ARRECADADA			
ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE APURAÇÃO	VALOR PREVISTO	VALOR ATÉ O PERÍODO ARRECADADO
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1º SEMESTRE	R\$11.000.000,00	R\$ 15.994.751,17
RECEITA ARRECADADA EM RELAÇÃO AO TOTAL PREVISTO			145,41%

Ao analisar o demonstrativo da receita identificou-se o desempenho da arrecadação efetiva do primeiro semestre de 2025 em relação à previsão da receita para o exercício. Relaciona-

se a previsão anual de **R\$ 11.000.000,00** (onze milhões de reais) e no decorrer do primeiro semestre arrecadou-se **R\$ 15.994.751,17** (Quinze milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos). O percentual da arrecadação do primeiro semestre atingiu **145,41%** comparado com a receita prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os dados da execução orçamentária orientam a gestão fiscal do exercício e norteia para um planejamento mais eficiente para os exercícios seguintes.

4.4.2 Despesa Fixada x Despesa Executada

Ao fixar a despesa o gestor busca realizar de forma eficiente a prestação de serviço à sociedade, e quando o planejamento é acertado facilita o processo orçamentário, pois se define em quais prioridades será aplicado o recurso público.

DESPESA FIXADA X DESPESA EMPENHADA			
ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE APURAÇÃO	VALOR FIXADO	VALOR ATÉ O PERÍODO EMPENHADO
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1º SEMESTRE	R\$ 11.000.000,00	R\$ 8.074.526,18
DESPESA EMPENHADA EM RELAÇÃO AO TOTAL FIXADO			73,40%

Os dados demonstram que, no primeiro semestre, o IPESQ já empenhou um valor considerável ao fixado através de empenho com a modalidade global, estimativo e ordinário, isso significa que boa parte das despesas encontram-se planejadas, tendo em vista que mais 73,40% das despesas previstas já estão empenhadas.

DESPESA EMPENHADA X DESPESA LIQUIDADA			
ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE APURAÇÃO	VALOR EMPENHADO	VALOR ATÉ O PERÍODO LIQUIDADO
DESPESA LIQUIDADA	1º SEMESTRE	R\$ 8.074.526,18	R\$ 6.372.660,08
DESPESA LIQUIDADA EM RELAÇÃO A DESPESA EMPENHADA			78,92%

As despesas liquidadas são aquelas em que a gestão recebeu aquilo que comprou, ou seja, que o material e serviço foram entregues corretamente ou que a etapa da obra foi concluída

conforme contrato. Assim, ao examinar os dados as despesas empenhadas no primeiro semestre do exercício de 2025 correspondem a **R\$ 8.074.526,18** (oito milhões, setenta e quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais e dezoito centavos), em relação à despesa liquidada no primeiro semestre de **R\$ 6.372.660,08** (seis milhões, trezentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta

reais e oito centavos). Ao confrontar as despesas empenhadas e as despesas liquidadas até junho de 2025, observa-se que o IPESQ obteve desempenho quanto às aquisições de materiais, serviços, folhas de pagamentos e obrigações do que foi empenhado resultando um total de **78,92%** de materiais e prestação de serviços recebidos até este período.

DESPESA LIQUIDADA X DESPESA PAGA			
ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE APURAÇÃO	VALOR LIQUIDADO	VALOR ATÉ O PERÍODO PAGA
DESPESA PAGA	1º SEMESTRE	R\$ 6.372.660,08	R\$ 6.372.060,08
DESPESA PAGA EM RELAÇÃO A DESPESA LIQUIDADA			100,00%

Examinou-se o demonstrativo das despesas pagas e que a gestão verificou que etapas anteriores foram concluídas de forma correta e chegou o momento de repassar o valor ao vendedor, prestador de serviço contratado e servidores. Assim, ao analisar os dados da execução orçamentária detectou-se que a despesa liquidada foi no montante de **6.372.660,08** (seis milhões, trezentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta reais e oito centavos) em relação à despesa paga no primeiro semestre de **6.372.660,08** (seis milhões, trezentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta reais e oito centavos), logo, o IPESQ efetuou um total de pagamentos de 100% do total liquidado.

Nota-se que a receita arrecadada no primeiro semestre foi devidamente utilizada para fins de pagamento de despesas e o Instituto conseguiu utilizar os recursos em caixa para honrar as despesas.

4.4.3 Saldo Financeiro

Ao analisar o balancete de verificação identificaram-se as receitas orçamentárias e extraorçamentárias, bem como as despesas orçamentárias e extraorçamentárias com objetivo de confrontá-las e buscar o resultado financeiro.

Saldo Anterior em 31/12/2024	R\$ 65.861.856,20
Receitas Orçamentárias 01/01/2025 - 30/06/2025	R\$ 15.994.751,17
Receita Extra Orçamentária 01/01/2025 - 30/06/2025	R\$ 1.177.614,32
Total Empenhado a Pagar 01/01/2025 – 30/06/2025	R\$ 1.702.466,10
Despesas Orçamentárias 01/01/2025 – 30/06/2025	R\$ 8.074.526,18
Despesas Extra Orçamentárias 01/01/2025 – 30/06/2025	R\$ 1.188.446,94
Saldo Contábil em 30/06/2025	R\$ 75.473.714,67

No demonstrativo financeiro são demonstradas as receitas e despesas orçamentárias, além dos recebimentos e pagamentos extraorçamentários, conjugados com os saldos provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o semestre seguinte.

Com os dados acima identificou-se que o IPESQ encerrou o primeiro semestre de 2025 com o saldo em contas de **R\$ 75.473.714,67** (setenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e três mil e setecentos e quatorze reais e sessenta e sete centavos).

5. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Toda informação produzida ou recebida pelos colaboradores como resultado da atividade profissional pertence à instituição. As exceções devem ser explícitas e formalizadas e de responsabilidade de quem as produz, as conduz e armazena, trabalha na operacionalização dos procedimentos e os utiliza de maneira indevida.

Os equipamentos de informática e comunicação, sistemas e informações são utilizados pelos colaboradores para a realização das atividades profissionais. O uso pessoal dos recursos é permitido desde que não prejudique o desempenho dos sistemas e serviços e estejam plenamente de acordo com o estabelecido no Código de Ética da instituição.

Qualquer incidente que possa afetar a segurança da informação deverá ser comunicado à Diretoria para que sejam tomadas as devidas providências.

As assessorias que tem banco de dados do IPESQ, são corresponsáveis pela integridade das informações. Estas possuem vínculos com a instituição através de contratos formais firmado entre as partes.

Relatório da 3it Consultoria LTDA ME

“No contexto da estrutura de armazenamento das informações dos bancos de dados cadastrais, funcionais e financeiros, em relação aos dados dos Censos Previdenciários, do aplicativo disponibilizado para os segurados do IPESQ e do sistema de gestão da previdência, é crucial abordar aspectos específicos para garantir a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade desses dados, de acordo com os princípios dispostos, inclusive, da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei Nº 13.709/2018.

A estrutura de armazenamento é projetada levando em consideração a natureza pessoal das informações previdenciárias. A utilização de sistemas de gerenciamento de banco de dados eficientes permite o armazenamento seguro e organizado, facilitando a recuperação ágil das informações, caso necessário.

Vale destacar, ainda, que a cada usuário é atribuído um cadastro único e só poderá acessar informações específicas para as quais possui permissão. Assim, o sistema possui



log em banco de dados de todas as operações efetuadas nele, registrando o usuário, a operação, a data e a hora, nos termos da Política de Segurança da Informação (PSI).

Além disso, como forma de proteger os dados operacionados, os servidores possuem firewall: ConfigServer Security & Firewall - csf v14.20. Já com relação ao acesso dos equipamentos que tratam os dados, tem-se o uso da autenticação padrão de segurança do Sistema Operacional Windows.

As comunicações entre os componentes são realizadas exclusivamente por meio de canais criptografados, utilizando os protocolos HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure) e TLS/SSL (Transport Layer Security/Secure Sockets Layer). O protocolo HTTPS, baseado no protocolo HTTP, garante a comunicação segura pela criptografia dos dados transmitidos entre o navegador do usuário e o servidor. Isso impede que terceiros indevidos tenham acesso aos dados durante a transferência. O TLS/SSL, por sua vez, é responsável por proporcionar uma camada adicional de segurança, criptografando os dados em trânsito e autenticando a identidade do servidor, mitigando riscos de interceptação.

A realização dos backups é uma prática que ocorre diariamente, a fim de assegurar a continuidade e a segurança dos dados. Esses backups são executados automaticamente pelo próprio servidor de armazenamento, garantindo que versões recentes e históricas dos dados estejam disponíveis em caso de eventos inesperados, como falhas no sistema ou incidentes de segurança.”

Redes

Logo, se o provedor de internet do IPESQ sofre alguma falha, precisamos de uma opção alternativa para continuar operando, o que pode ser, por exemplo, uma conexão com outro provedor. Em alguns casos, é interessante que essa conexão secundária ou terciária seja sem fio, para situações em que o problema é físico, como a queda de um poste na região em que passam todos os cabos de provedoras.

Backup

Periodicamente, os setores analisam se os backups foram concluídos de forma correta sem apresentar falhas.

Controle de Acesso:Físico:

O acesso às informações físicas ficam armazenadas em arquivos (Arquivo Geral e

Arquivo Protocolo), em armários de aço verticais, onde o responsável autoriza o acesso aos processos físicos e fica sob sua responsabilidade a segurança e permanência desse material.

Lógico:

Podemos dividir o acesso lógico em 3 itens:

Acesso aos arquivos de rede:

O acesso aos arquivos são realizados e autorizados por grupos de acesso, esses são formados por funcionários de setores específicos com login e senha (Ex: grupo Cadastro pasta Cadastro). São criados diretórios/pastas com o mesmo nome dos setores e dada a permissão em cada pasta de setor de acordo com o seu determinado grupo de acesso. Onde podemos dizer que o setor de cadastro não tem permissão para acessar o setor financeiro por exemplo. Temos pastas com permissões limitadas somente de leitura ou até mesmo com a opção de não exclusão. As senhas de acesso são obrigatoriamente renovadas a cada 3 meses pelos usuários.

Não é permitida a gravação de arquivos particulares (músicas, filmes, fotos, etc.) nos drivers de rede, pois ocupam espaços comuns limitados do departamento.

Acesso aos Sistemas de Gestão:

Utilizamos sistemas de gestão que englobam diversos módulos de acesso. Os acessos permitidos aos usuários se dão através de perfis de acesso para cada módulo específico. O acesso e o perfil são criados de acordo com os departamentos ou setores. Podemos exemplificar que o setor de cadastro tem o perfil “Gerente” (responsável pelo setor) onde tem mais privilégios somente no módulo cadastro, tem também o perfil de “Operador” que deverá ter acesso às operações triviais relativas ao módulo cadastro e temos o perfil “Consulta”, como o nome já diz, apenas consulta informações relativas ao módulo.

Acesso a Internet

A internet deve ser utilizada para fins corporativos, enriquecimento intelectual ou como ferramenta de busca de informações, tudo que possa vir a contribuir para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao Instituto. O acesso às páginas e web sites é de responsabilidade de cada usuário ficando vedado o acesso a sites com conteúdo impróprios e de relacionamentos através de filtros de conteúdo.

6. TRANSPARÊNCIA

O IPESQ tem buscado assegurar a atualização do site <https://ipesqsantaquiteria.com.br/> onde são expostas as atividades desenvolvidas, dentre as quais: Balanços, Balancetes, Política de Investimentos, Atas dos Conselhos de Administração, Fiscal e Investimento, Relatório de Risco de Mercado, Legislação e outras informações que venham fomentar e facilitar a vida dos servidores ativos e inativos, respeitando assim os princípios da administração pública.

TIPO DE INFORMAÇÃO	DISPONIBILIZA
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	SIM
COMPETÊNCIAS	SIM
HORÁRIO E LOCAL	SIM
CONVÊNIOS	SIM
DESPESAS	SIM
DESPESAS DETALHADAS	SIM
LICITAÇÕES	SIM
CONTRATOS	SIM
INFORMAÇÕES DE SERVIDORES	SIM
PERGUNTAS FREQUENTES	SIM
SOBRE A LAI	SIM
RELATÓRIO ESTAT. SIC	SIM
SIC NO SITE	SIM
CARTA DE SERVIÇO	SIM
DIVULGA OS ATOS NORMATIVOS PRÓPRIOS	SIM

7. OUVIDORIA

Manifestações por Tipo	Quantitativos
Reclamação	
Denúncia	
Solicitação	
Elogio	
Sugestão	
Crítica	
Pedido de Acesso à Informação	
Denúncia sobre conduta ética	
Denúncia de "fake News"	
Total:	

8. ANÁLISE DE ADEÇÃO AO PROGRAMA PRÓ-GESTÃO

Este Instituto de Previdência aderiu ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão de RPPS – PRO GESTÃO pois tem como missão adotar as melhores práticas de gestão previdenciária, para melhor controlar os ativos e passivos visando maior transparência como os seus segurados e a sociedade.

Para verificar as ações referidas do Programa, foi instituído inicialmente um check-list para constatar quais ações estão em conformidade com o que determina o manual do Pró- Gestão.

ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA ADEÇÃO AO PRÓ – GESTÃO		CONTEMPLAÇÃO REQUISITO	
		SIM	NÃO
AÇÕES	CONTROLE INTERNO		
1	Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS	x	
2	Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS	x	
3	Capacitação e Certificação dos Gestores e servidores das áreas de risco	x	
4	Estrutura de Controle Interno	x	
5	Política de Segurança da Informação	x	
6	Gestão e Controle da base de dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas		x
GOVERNANÇA CORPORATIVA			
7	Relatório de Governança Corporativa	x	
8	Planejamento	x	
9	Relatório de Gestão Atuarial	x	

10	Código de Ética da Instituição	X	
11	Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor	X	
12	Política de Investimentos.	X	
13	Comitê de Investimentos	X	
14	Transparência	X	
15	Definição de limites de alçadas		X
16	Segregação das atividades		X
17	Ouvidoria	X	
18	Diretoria Executiva	X	
19	Conselho Fiscal	X	
20	Conselho Deliberativo	X	
21	Mandato, representação e recondução	X	
22	Gestão de Pessoas		X
EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA			
23	Plano de Ação de Capacitação	X	
24	Ações de diálogo com segurados e a sociedade	X	

9. RECOMENDAÇÕES

Como desafio para fortalecimento da Gestão, o IPESQ necessita de oportunidades de melhorias constantes no que refere-se a manualização, mapeamento de setores, transparência, política de segurança da Informação, código de ética e demais ações incluindo as do Pró-Gestão RPPS.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a execução deste relatório, esta Unidade de Controle Interno realizou as análises das informações prestadas visando verificar as conformidades com a legislação do MPS e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

Como parte do trabalho foi utilizada a técnica de amostragem em alguns processos administrativos para confrontar as informações prestadas nos relatórios das áreas analisadas.

Diante do exposto, concluímos que procedimentos administrativos foram operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e transparência. As análises foram feitas com base nos Procedimentos Administrativos, nos Relatórios, bem como nos Demonstrativos Contábeis e Financeiros deste Instituto de Previdência.

Santa Quitéria, Ceará, 11 de agosto de 2025.

CONTROLADOR INTERNO

DIRETORIA EXECUTIVA



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO